



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

MEMÓRIA DE REUNIÃO Nº CJF-MRU-2017/00059

Brasília, 05 de junho de 2017.

Objetivo da reunião: 18ª REUNIÃO CGI

Horário e local: 10 h - 2º andar

Assunto: Planejamento estratégico

Participantes	Função/Cargo	Unidade
Cleberon José Rocha	MAGISTRADO	SG
Eva Maria Ferreira Barros	DIRETOR-GERAL	DG
Gustavo Bicalho Ferreira da Silva	SECRETARIO	SPO
Antonio Carlos de Sousa Costa	SUBSECRETARIO	SUPES
Lucio Castelo Branco	SECRETARIO	SAE
William Santos	CHEFE DE GABINETE	GAB-SG
Ivan Gomes Bonifácio	SECRETARIO	SEG
André Ricardo Lapetina Chiaratto	SECRETARIO	STI
Viviane da Costa Leite Bortolini	SECRETARIO	STU
Cintia da Silveira Lima	ASSESSOR-CHEFE	ASCOM
Jaqueline Aparecida Correia de Mello	SECRETARIO	SCE
Claudio Machado Pinto	ASSESSOR-CHEFE	ASJUR
Jesse Andros Pires de Castilho	SECRETARIO	SCI
Misael Guerra Pessoa de Andrade	SECRETARIO	SAD
Rodrigo Vasconcellos Chebli	ASSESSOR-CHEFE	ASESP-SG
Jean Carlo Batista de Oliveira	Subsecretário de Políticas de Gestão de Pessoas	SUPEC
Edimilson Cavalcante de Oliveira	Subsecretário de Modernização da Gestão	SUMOG

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Edilberto Ataide Cavalcante Sobrinho	Subsecretário de Engenharia de Software	SUSOF
Paulo Martins Inocencio	Assessor Técnico de Tecnologia da Informação	ASTECS-STI
Flavia Uchoa Mascarenhas	Assessora	ASTECS-SOA
Luana Carvalho de Almeida	Assessora	ASTECS-SOA
Roberta Bastos Cunha Nunes	Assessora Especial	ASESP-DG
Jefferson Colombo Barbosa Xavier	Subsecretário de Infraestrutura e Suporte Técnico	SUTECS
Daniel Fontoura Campos da Silva	Assistente	SAD
Macos Kronenberger	Chefe do Setor de Análise de Dados	SEG
Leonardo Oliveira	Assessor	ASTECS-IGI
Alexandre Pinheiro Lameirão	Subsecretário de Material, Patrimônio e Contratos	SUMAP
Silvio Ferreira	Subsecretário de Execução Orçamentária e Financeira	SUOFI
Silvana Conceição Dias Soares	Subsecretária de Gestão Estratégica	SUEST
Marcos Teixeira	Chefe da Seção de Gestão de Projetos	SEGESP

Pauta

1. Apresentação do andamento dos trabalhos da STI

O Secretário de Tecnologia da Informação, André Chiaratto, apresentou, conforme slides em anexo, o andamento dos trabalhos da secretaria, destacando a estrutura da unidade e a desproporcionalidade do quadro atual com o volume das atribuições (atribuições operacionais + sistêmica), representando um fator de risco ao órgão. Apresentou, ainda, a forma de atuação e as principais ações/entregas realizadas e em andamento em 2017. Destacou as implantações e melhorias de sistemas realizadas para atender principalmente as unidades da Corregedoria-Geral. Apresentou o resultado da pesquisa de satisfação dos usuários da TI, já disponível no Observatório da Estratégia da Justiça Federal. Sobre o número reduzido de servidores na

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Secretaria, a Diretora-Geral destacou que esta situação ocorre em todas as unidades e que é importante priorizar as iniciativas. A propósito deste tema, o Secretário de Gestão de Pessoas em exercício, Antônio Carlos de Sousa Costa, informou que há previsão de cerca de 20 aposentadorias até o fim do ano e que essa força de trabalho não poderá ser reposta. O Secretário de Estratégia e Governança, Ivan Bonifácio, comentou que diante desse quadro há duas alternativas: o aumento da eficiência e a realização de parceria com o STJ para a execução de atividades de apoio. O Dr. Cleberson, Secretário-Geral, destacou a necessidade de que o CJF reforce a atuação sistêmica, que é o seu grande papel na Justiça Federal.

2. Definição dos coordenadores dos grupos executivos do PLS

Foram apresentados os componentes e coordenadores dos grupos executivos do Plano de Logística Sustentável: 1. Compras e contratações sustentáveis: Composição: Alexandre Fagundes, José Gutemberg Moura Lucena, Valéria Prado Arcório de Oliveira Braga, Eduardo Newman Morum Simão, Roberto Berlim Fonseca e Waldemar Antonio Alves. Coordenador: Erondino Moreira Neiva. 2. Recursos Naturais: Composição: Mauro Santos de Melo e Nilson Sousa de Olivindo .Coordenador: Fabiana de Freitas Goulart . 3. Resíduos: Composição: Alexandre Fagundes, Fabiana de Freitas Goulart e Mauro Santos de Melo. Coordenador: Nilson Sousa de Olivindo 4. Qualidade de vida no trabalho, capacitação e comunicação: Composição: Juliana Nunes Batista, Edgar Gomes de Melo, Telma Cristina Ikeda Gondo, Leumaise Aparecida dos Santos e Ana Luisa Nogueira Aragão. Coordenador: Jaqueline Aparecida Correia de Melo. Foram aprovadas por unanimidade as indicações dos coordenadores para os grupos executivos.

3. Apresentação do andamento dos trabalhos da SAD

O Secretário de Administração, Misael Guerra, apresentou o andamento dos trabalhos da SAD, destacando as planilhas de gestão orçamentária e financeira customizadas em fase final de desenvolvimento. O servidor Daniel Fontoura Silva apresentou as planilhas, que permitirão a atualização permanente do planejamento orçamentário, além de torná-lo transparente . Informou que as planilhas possibilitarão a vinculação à cadeia de valor do CJF, fazendo a distribuição orçamentária por centro de custos, permitindo a verificação do planejamento e a situação da execução em cada unidade do CJF. As planilhas serão apresentado com detalhes a cada secretaria. Todos os secretários elogiaram a iniciativa que representa um excelente instrumento de gestão.

4. Aprovação do projeto estratégico Iluminares - Modelo de gestão por competência no CJF

A Secretária do Centro de Estudos Judiciários, Jaqueline Mello, apresentou o projeto Iluminares, de gestão por competências com foco em capacitação, conforme slides em anexo, com a proposta de que seja integrado ao portfólio de projetos estratégicos do CJF. O projeto é dividido em ciclos, e há duas vertentes gerencial e técnica. O projeto prevê diagnóstico e elaboração de programa de desenvolvimento de competências e como resultado também estão previstas a atualização do sistema GESCOM e a normatização do programa, com alinhamento ao modelo de Governança da Justiça Federal. A Secretária do CEJ informou que existe a intenção de tornar o projeto nacional a partir de 2019.

5. Situação geral dos projetos estratégicos

O tópico será apresentado na próxima reunião do CGI.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

6. Informações sobre o resultado do Encontro Inovação Aberta

O Assessor de Inovação, Leonardo Oliveira, comentou sobre o evento Inovação Aberta, realizado no dia 25/5, no Instituto Serzedelo Correa, realizado em conjunto pelo CJF, TCU, MPDG e FIESP. Ressaltou a ótima participação do CJF (com a inscrição de 30 servidores) e o engajamento da Justiça Federal no tema (em conjunto com TRF1, TRF3, SJSP e SJSC). Destacou ainda a importância do evento, que mobilizou mais de 500 pessoas de 49 diferentes órgãos da administração pública. O evento trouxe práticas de sucesso e possibilitou aos participantes conhecer soluções inovadoras, metodologias e instrumentos para enfrentar os desafios futuros de restrições de recursos e mudanças constantes.

7. Assuntos diversos

O Secretário de Arquitetura e Engenharia, Lucio Castelo Branco, informou que finalizou a parte técnica referente à inspeção da obra da 4ª região e que nos próximos dias será publicado Termo Aditivo redutor. A estimativa é que a economia resultante da inspeção fique acima de 10 milhões de reais. Este resultado será apresentado ao Colegiado.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

IVAN GOMES BONIFÁCIO
SECRETARIO
SECRETARIA DE ESTRATÉGIA E GOVERNANÇA

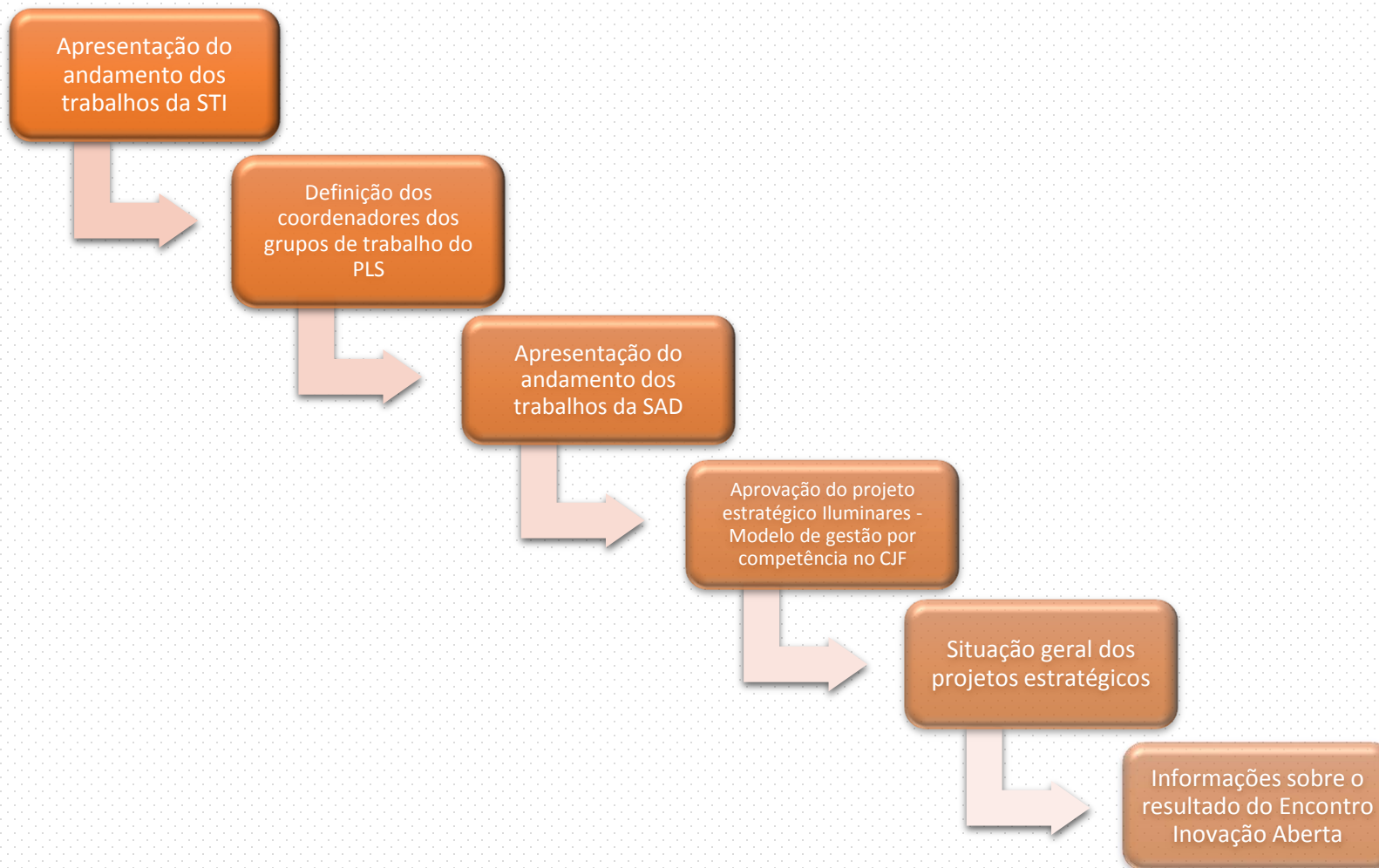


JUSTIÇA FEDERAL



18ª Reunião do CGI

31.05.2017



PAUTA



JUSTIÇA FEDERAL



Apresentação do andamento dos trabalhos - STI

Secretaria de Tecnologia da Informação

Missão: Garantir **soluções tecnológicas efetivas** para o cumprimento da função institucional da Justiça Federal

Visão: Consolidar-se como **área estratégica** da Justiça Federal e ser reconhecida pela excelência e inovação de suas soluções.

Principais ações

Maio/2017

Estrutura da unidade

- **Secretaria de Tecnologia da Informação (André Chiaratto)**
 - Gabinete (Telma – Marli)
 - Assessoria Técnica – AC-JUS / Contratações (Paulo Martins)
 - Assessoria Técnica – Pje / Sistemas Nacionais (Jones e Glaucio)
 - Assessoria Especial de Governança de TI (Wilson)

- **Subsecretaria de Infraestrutura e Suporte Técnico (Jefferson)**
 - Seção de Suporte a Serviços (Adriana)
 - Seção de Suporte à Infraestrutura (Fernando Suzuki)
 - Seção de Atendimento e Apoio (Valéria e Waldemar)
 - Seção de Segurança de Rede (Renato Solimar)

- **Subsecretaria de Engenharia de Software (Edilberto)**
 - Seção de Projetos de Softwares Corporativos (Frederico)
 - Seção de Suporte à Engenharia de Software (Marcelo Arruda e Diogo)
 - Seção de Sustentação de Software (Leandro e Roberto Berlim)

STI em números

- Força de trabalho: 17 servidores + 2 apoio + serviço de atendimento/suporte técnico + serviço de sustentação à infraestrutura + fábrica de software + serviço de sustentação da segurança de rede.
- Datacenter (sala-cofre) com 34 servidores de rede (físicos) e 314 virtuais, solução de armazenamento de dados com 370TB, equipamentos de comunicação de dados, links de comunicação, segurança de rede (02 equipamentos firewall) .
- Parque tecnológico com 453 microcomputadores, 69 impressoras (serviço), 25 notebooks, 42 switches, 40 pontos de acesso sem fio, MCU .
- Gestão de 35 contratos
- Sustentação de 50 sistemas de informação + SGRH (28 módulos)
- 2322 Chamados abertos de fevereiro a 19/05, sendo 792 por e-mail, 110 pessoalmente, 693 pela ferramenta e 727 por telefone.
- 2 links Internet de 200 Mbps, 1 link de 1Gbps STJ, 1 link 32 Mbps CNJ, 1 link 4Mbps SAAN
- 513 caixas postais – correio eletrônico
- 163 serviços que compõem o catálogo de serviços
- 250 usuários/servidores cadastrados, 203 prestadores de serviço e 45 estagiários
- Topologia: http://wiki/wiki/images/e/e7/Topologia_logica.pdf

Equipe reduzida - Principais Riscos ao CJF

- Concentração muito grande de responsabilidades em apenas uma unidade ou em uma pessoa;
- Sistemas de Informação críticos ao órgão (exemplo: Sistema de Gestão de Recursos Humanos, que possui 28 módulos), sendo sustentado por apenas 01 (um) servidor da área de TI, sistema Processo Judicial Eletrônico – Pje, utilizado pela Turma Nacional da Uniformização, que é sustentado por apenas 2 (dois) servidores;
- Autoridade Certificadora da Justiça (Poder Judiciário) – AC-JUS, sendo sustentada por apenas 1 (um) servidor;
- Elevado número de contratações de soluções de TI coordenadas por apenas 1 (um) servidor;
- Elevado número de contratos geridos e fiscalizados por apenas 1 (um) servidor;
- Sustentação (manutenção corretiva e evolutiva) em mais de 50 sistemas de informação realizada por apenas 2 (dois) servidores;
- Gestão de equipamentos/ativos de microinformática, de atendimento e de suporte aos usuários gerida por apenas 2 (dois) servidores;

Equipe reduzida - Principais Riscos ao CJF

- Gestão de serviços e aplicações gerida por apenas 1 (um) servidor;
- Gestão de complexa infraestrutura gerida por apenas 1 (um) servidor;
- Gestão de Segurança da Informação (escopo: TI) e gestão de risco gerido por apenas 1 (um) servidor;
- Descontinuidade das atividades realizadas pelos servidores cedidos;
- Aposentadoria de servidores sem expectativa de reposição da vaga/cargo;
- Inexistência de perfis técnicos no atual quadro de TI para substituição em caso da falta do titular por motivo de férias ou afastamento para tratar de problemas de saúde;
- Impossibilidade de atender simultaneamente a diversas demandas prioritárias, fazendo que a unidade demandante desenvolva sua própria solução (ex. Observatório da Estratégia), trazendo risco à continuidade da solução no órgão.

Forma de Atuação / Serviços prestados pela STI

- Visão dos usuários:

Sistemas, aplicações, serviços e soluções tecnológicas
(disponibilidade e desempenho)

- Gestão de TI :

Governança (PETI, PDTI, PCTI, MCTI, PSI, MDS)

Mapeamento de 10 Processos de trabalho

Gestão de 35 contratos

Gestão de atividades / prestação serviço

Gestão da AC-JUS

Gestão de demandas – SAC – SGD - DOD

Coordenação de 08 Projetos Estratégicos

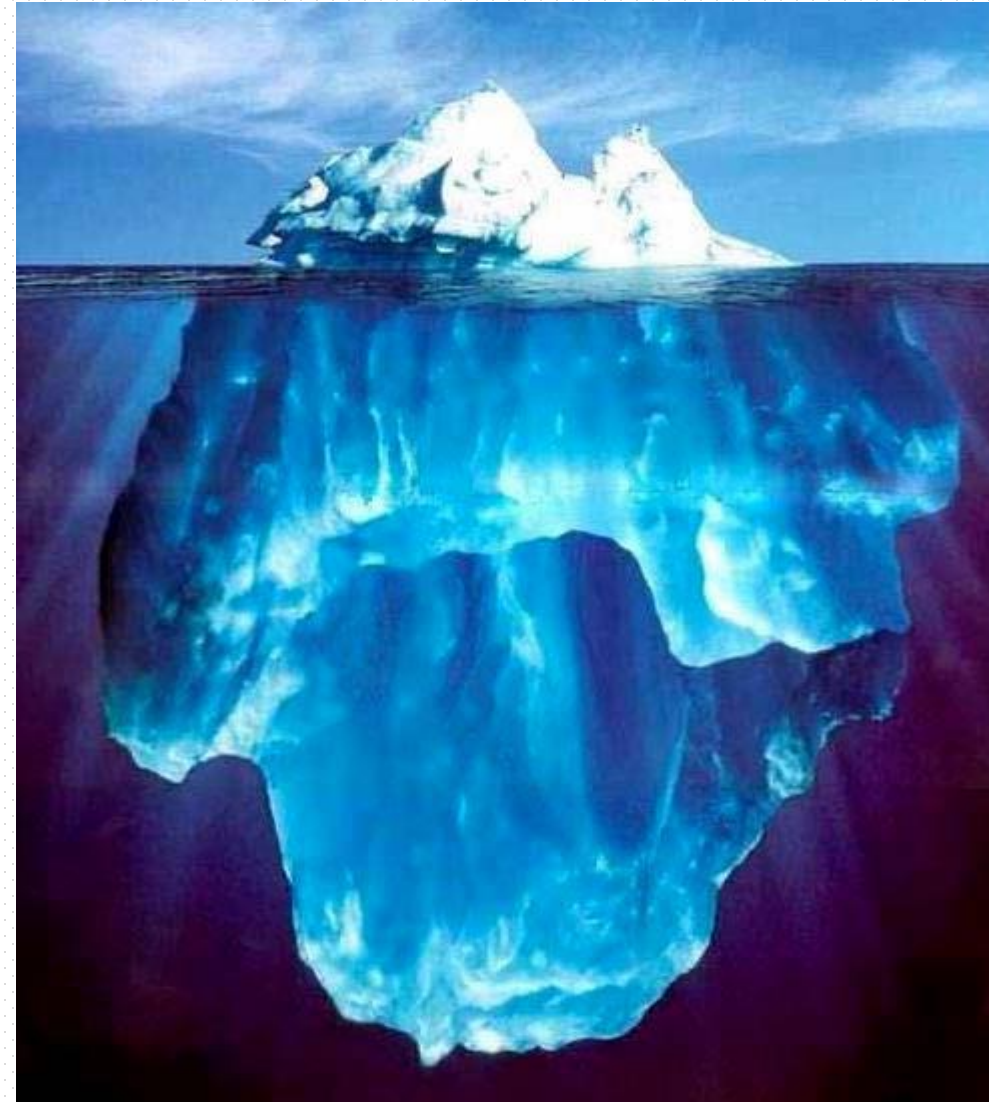
Desenvolvimento de Sistemas Informação - SI

Sustentação em mais de 50 SI

Sustentação de complexa Infraestrutura (sala-cofre,
Servidores de rede, segurança, virtualização, SGBD...)

Atuação 24x7

Atuação Sistêmica - SIJUS



Forma de atuação

- Atuação Sistêmica – SIJUS-JF (PETI, PDTI, PCTI, PJe, Contratações Conjuntas, Governança de TI)
- Sustentação/Centralização de sistemas nacionais: AJG, PJe, Webservice CPF/CNPJ, Cadijus, Observatório, Rol, SAV, SINAR
- Servidores atuando como gestores (gestão de 35 contratos, atividades, planejamento de contratação, analista de negócio/requisitos)
- Processos de trabalho (gerenciamento de incidente e requisição, configuração, catálogo de serviço, níveis de serviço, mudança, liberação, problema, disponibilidade, base de conhecimento)
- Gestão de Demandas (SAC – SGD – DOD)
- Ponto único de contato (incidentes/solicitações) – SAC
- Ponto único de contato para gestores sistemas (demandas sistemas) - SGD
- MCTI nas demais demandas (ex. contratações, soluções, softwares, etc.)
- Priorização de demandas (Anexo I do PDTI) realizada pelo CGI
- Planejamento anual de contratações de soluções de TI
- SAC (7 às 20h), sustentação à infraestrutura e segurança (8h às 21h)
- Monitoramento: prestadores 24x7
- Sustentação das aplicações realizada pela fábrica de software – atesto conjunto da fatura (responsabilidades dos fiscais)

Principais ações (Gestão e Governança)

REALIZADAS EM 2017:

- Atualização do Planejamento Estratégico de TI – PETI para o período 2015/2020.
- Elaboração do Glossário do PETI
- Elaboração do Plano de Contratação 2017 baseado no Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI).
- Atualização da relação dos gestores de sistemas – **Agendar apresentação**
- Aplicação de questionário para avaliar a Taxa de Satisfação dos usuários de Tecnologia da Informação do CJF
- Instituição de grupo de trabalho para desenvolver o Sistema Processo Judicial Eletrônico no Conselho e na Justiça Federal – Portaria Corregedoria-Geral n. 004/2017 / Encontros mensais do grupo
- Realização de curso de imersão do PJe

Principais ações (Gestão e Governança)

EM ANDAMENTO:

- ▶ Atualização do Plano Diretor de TI – PDTI para o período 2018/2020
- ▶ Disponibilização de ambiente PJe para a equipe do TRF2
- ▶ Atualização da Política de Segurança da Informação
- ▶ Identificação dos pontos fracos indicados no relatório de governança de TI do TCU – repasse às unidades
- ▶ Atualização dos processos de gerenciamento de serviços de TI
- Atualização do catálogo de serviços da STI.
- Contratações Conjuntas (aquisição de subscrição de software Postgres Enterprise DB, serviço de impressão, Adobe)
- Atualização da resolução, que dispõe sobre a política de nivelamento, atualização e renovação da infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação do Conselho da Justiça Federal e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus.

Principais ações (Gestão e Governança)

EM ANDAMENTO:

- Gestão de 08 projetos estratégicos:
- Contratações conjuntas de TI – Meta para 2017 – 03 contratações em andamento
- Nivelamento da infraestrutura de Tecnologia da Informação - revisão da PNITI-JF
- Uniformização do desenvolvimento de sistemas informatizados – resolução 442/2017
- Índice de Governança de TI – aguardando divulgação TCU
- Satisfação dos usuários de TI do CJF – pesquisa realizada
- Processos de gerenciamento de serviços de TI – institucionalizar 02 processos/ano
- Plano de Continuidade de Serviços de TI – Entrega prevista para este ano
- Implementar o Processo de Engenharia de Software do CJF – Institucionalizar MDS
- Gestão e fiscalização de 35 contratos (prestação de serviços, comunicação de dados, infraestrutura, softwares). [..\Contratos e Atas de RP\2017\Contratos em vigor - STI 2017 - 2-2-2017.xlsx](#)

Principais ações (Implantação e melhoria de sistemas) REALIZADAS EM 2017:

- Implantação do Sistema de Agendamento de Videoconferência
- Implantação do Sistema de Alvará de Soltura Eletrônica
- Implantação do Sistema para a Inspeção Online
- Atualização do PJe para a versão 1.7.2.19
- Disponibilização do PJe versão 2.01 para homologação
- Implantação do Diário de Justiça Eletrônico – Dje
- Implantação do Fórum Permanente Virtual da TNU
- Instalação da ferramenta que implementa o processo de integração contínua de software, contemplando a criação de build's, realização de testes e deploys automatizados permitindo, assim, a rastreabilidade (JENKINS);
- Entrega da nova versão da CAJU-Central de Atendimento ao Juíz Federal
- Entrega do Siged-Descarte

Principais ações (Implantação e melhoria de sistemas)

EM ANDAMENTO:

- ▶ *Refactoring (Reconstrução)* do SCE, doravante denominado EDUCARE
- ▶ Migração dos dados do Mumps para um banco de dados relacional (Oracle)
- ▶ Aprimoramento do sistema de Enunciados das Jornadas do Direito Civil
- ▶ Adequação na aplicação de cadastro de dados da Jurisprudência TNU para fazer integração com o PJe
- ▶ Adequação no sistema GESCOM – Gestão de Pessoas por Competência
- ▶ Adequação na Jurisprudência para atender o TRF1
- ▶ Análise de Viabilidade/Prospecção de uma solução de Ouvidoria
- ▶ Análise de Viabilidade/Prospecção de uma solução de processo eletrônico para a sessão do CJF
- ▶ Análise de Viabilidade/Prospecção de uma solução de Planejamento Orçamentário
- ▶ Manutenções evolutivas nos sistemas abaixo: (OS abertas à Fábrica de Software totalizam 707 pontos de função)

Sistema Nacional de Remoção da Justiça Federal , Julgados JEF, Jurisprudência Unificada, Sistema de Rubricas, Educare, Siged, Cadijus, Enunciados, Virtus, PJe, Alvara, AQ, SINSP , SGRH, CAJU , SIMUS – Sistema de Manutenção de usuários.

Principais ações (Melhoria de serviços)

REALIZADAS EM 2017:

- Instalação de nova infraestrutura do ambiente PJe visando a melhoria de performance e disponibilidade.
- Realização de melhorias ao ambiente do sistema AJG, visando a melhoria de performance e disponibilidade da aplicação.
- Segmentação do ambiente de desenvolvimento.
- Atualização de versão do sistema Siga-doc
- Migração do site AC JUS para o ambiente do CJF

EM ANDAMENTO:

- Realização de melhorias ao ambiente Intranet, visando a melhoria de performance e disponibilidade da aplicação.
- Automatização do cadastro de usuários externos no Siga-doc
- Realização de prova de conceito para avaliar solução de identificação de causa raiz (gerenciamento de performance de aplicação) nas aplicações AJG, Siga-doc e PJe, visando a identificação e correção de possíveis gargalos nestas aplicações.
- Implantação do novo portal de atendimento/serviços para os usuários.
- Avaliação em laboratório do S.O Windows 10 Enterprise
- Disponibilização de cursos online (plataforma Office)
- Atualização do Office365 / apresentação das ferramentas colaborativas (skype, onedrive)

Principais ações (Segurança de Rede)

REALIZADAS:

- Implantação de software de segurança para o bloqueio de instalação e execução de diversas categorias de softwares maliciosos (Endpoint Application Control) nas estações de trabalho do CJF

Benefício: Esta ação permitiu bloquear a utilização de softwares que conseguiram burlar os filtros de conteúdo de acesso à internet definidos pelas unidades do CJF bem como evitar que softwares maliciosos pudessem contornar as proteções de segurança de perímetro (firewall, etc) utilizadas pelo órgão.

- Implantação de software de segurança para a aplicação virtual de correções de vulnerabilidades (Vulnerability Protection) que poderiam ser exploradas em softwares desatualizados nas estações de trabalho do CJF

Benefício: Esta ação permitiu tratamento de riscos decorrentes da utilização de aplicações que intencionalmente não recebem as atualizações de segurança recomendadas pelos fabricantes em razão de alguns sistemas que funcionam em versões específicas de java, adobe etc.

- Implantação de nova solução anti-malware para as estações de trabalho do CJF.

Benefício: Proteção contra 99,9% dos ataques conhecidos além do bloqueio de novos tipos de ataque que a solução anterior não tratava, tais como os ataques de criptografia e sequestro de dados (ransomware) e a autoexecução de código malicioso em mídias removíveis (pendrive, disco externo, etc), dentre outras.

Em média são detectados 80 malwares nas estações de trabalho por mês.

Principais ações (Segurança de Rede)

- Implantação de nova solução de segurança para proteção do serviço de e-mail corporativo do CJF.

Benefício: Aumento das taxas de detecção de spam (99,9%), redução de falsos positivos e possibilidade de bloqueio de gray mail. Em média, o CJF mensalmente:

Recebe 1 milhão e 700 mil mensagens, sendo que:

- 1 milhão e 500 mil das mensagens (88%) são bloqueadas por conter vírus, trojan, SPAM, phishing etc.
- Implantação de solução de segurança para ambiente de datacenter (Deep Security) para proteção de servidores de rede

Benefício: Proteção contra ataques cibernéticos internos e externos contra servidores Windows, servidores Linux e Bancos de Dados corporativos. Trata-se de ambiente sensível, de alto tráfego e desempenho em que se faz necessária a implantação criteriosa e múltiplos ajustes para que não se degrade a performance do ambiente.

ESTATÍSTICA:

- Quantidade de endpoint monitorados: 478 estações de trabalho e 150 servidores de rede;
- Quantidade de malwares bloqueados/mês: 160 detecções de malware no último 30 dias/ 420 tentativas de intrusão bloqueadas pelo IPS do FortiGate/ 25.000 tentativas de ataques às aplicações do CJF publicadas na internet que foram bloqueadas pelo FortiWeb;

Principais ações (Modernização)

REALIZADAS EM 2017:

- CJF-ADM-2015/0057.02 – Expansão da solução de videoconferência.
- CJF-ADM-2016/00086 - Contratação de novos links Internet, visando proporcionar melhor desempenho serviço, substituindo os antigos links de 64Mbps, por dois links de 200Mbps.
- CJF-ADM-2015/00217 - Contratação de empresa especializada para a prestação do serviço técnico de operação de central de atendimento a usuários (Service Desk) no ambiente de Tecnologia da Informação (TI) do Conselho da Justiça Federal – CJF, englobando os serviços de atendimento e suporte de 1º (remoto) e 2º (presencial) níveis e o serviço especializado em ITIL, com fornecimento de solução de gestão de serviços de TI.
- CJF-ADM-2016/00298 - Contratação de licenças e/ou subscrições de software de prateleira Adobe, Autocad e Corel Draw.
- CJF-ADM-2016/00284 - Contratação de licenças e/ou subscrições Microsoft.
- CJF-ADM-2016/00286 - Aquisição de nova solução de proteção de dados (backup).

Principais ações (Modernização)

EM ANDAMENTO:

- CJF-ADM-2015/00200 - Contratação de solução de impressão. (Coordenação CJF)
- CJF-ADM-2017/00047 - Subscrição Enterprise DB Postgres. (Coordenação TRF1)
- CJF-ADM-2015/00199 - Solução de Gerenciamento de Performance de Aplicação.
- CJF-ADM-2017/00046 - Contratação de solução de segurança para o gerenciamento integrado de ameaças.
- CJF-ADM-2017/00067 - contratação de serviço de suporte técnico em solução de servidores de rede.
- CJF-EDM-2017/00009 - Contratação de extensão de garantia para os microcomputadores.
- CJF-ADM-2017/00135 - Contratação de atualização e suporte para os softwares de virtualização de infraestrutura de TI.

ATUAÇÃO COMO INTEGRANTE TÉCNICO:

- CJF-ADM-2016/00365 – Solução de transmissão de áudio e vídeo (eventos e sessões)
- CJF-ADM-2013/00407 - Solução de Auditoria Automatizada (Coordenação CJF)
- CJF-DOD-2016/00003 - Contratação de serviço de atualização de versão e manutenção do Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER).

Regulamentos CJF – participação da STI

- CRI – Comitê de respostas a incidentes - Portaria CJF 42/2010
- CSI – Comitê de Segurança da Informação - Portaria CJF 162/2014
- CLSI – Comissão local de segurança da informação - Portaria CJF 46/2010
- CRLI – Comissão local de respostas a incidentes - Portaria CJF 228/2014
- PDTI – Comitê Técnico do Plano Diretor de Tecnologia da Informação da Justiça Federal – Portaria CJF 377/2014
- Comissão Técnica da ACJUS – Resolução 4/2005
- Comitê de Tecnologia de Informação/Comitê Gestor do Sistema Integrado de Gestão Administrativa – SIGA_DOC
- SIJUS – Comitê Gestor do Sistema de Tecnologia da Informação da Justiça Federal - Resolução do CJF 88/2009
- Comitê de Sustentabilidade – CJF
- Comitê Permanente de Gestão de Riscos – Portaria CJF n. 21/2016
- CGTI – Comitê Gestor de TI – Portaria CJF n. 223/2016
- Comitê do PJe da Justiça Federal - Resolução Nº CF-RES-2012/00202 de 29 de agosto de 2012
- CNGTIC – Comitê Nacional de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário – CNJ
- TI-Controle – Comunidade de Tecnologia da Informação Aplicada ao Controle; União, acordo de cooperação técnica para intercâmbio de informações e de soluções de tecnologia da informação.

Resultado da pesquisa de satisfação - 2017

- Dos 136 respondentes, para fins de apuração do percentual, foram consideradas 12 respostas válidas.
- Essa pesquisa atende a Meta Estratégica 14 do Plano Estratégico 2015/2020, cuja meta para 2017 era de 55% de respostas satisfatórias, tendo atingido 80,32%.
- O resultado da pesquisa é apresentado no Observatório da Estratégia. Veja [aqui](#) !

PONTOS DE DESTAQUE:

- Parceria das unidades visando o trabalho colaborativo
- Atuação efetiva dos gestores de sistemas e integrantes requisitantes
- Política de Gestão de Riscos – definição dos próximos passos



Pesquisa de satisfação da TI - 2017

Meta 14 do Plano Estratégico 2015/2020 do CJF

Atingir, até 2020, 85% de satisfação dos usuários de TI

Meta para 2017

55%

Dimensões da pesquisa

- Atendimento
- Disponibilidade
- Equipamentos de informática
- Serviços e sistemas

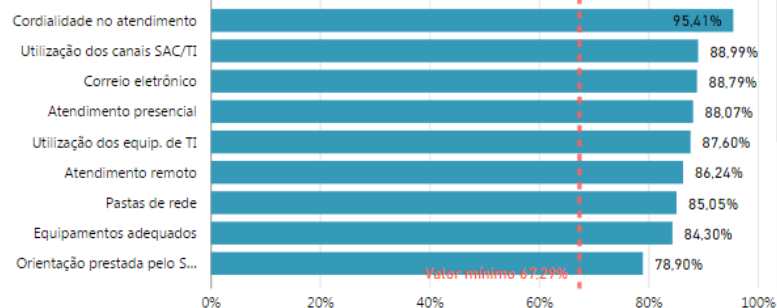
Nº de respondentes

121

Resultado (muito satisfeito/satisfeito)

80,32%

Ranking dos requisitos (atendido em todas/na maioria das vezes)

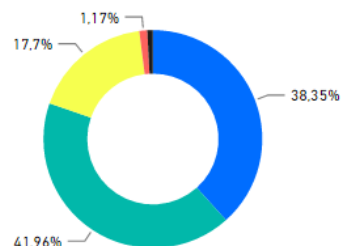


Nível de atendimento dos requisitos

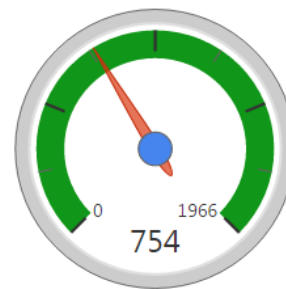
Muito satisfeito Satisfeito Pouco satisfeito Insatisfeito Sem resposta

Legenda

- Muito satisfeito: atendido em todas as situações
- Satisfeito: atendido na maioria das situações
- Pouco satisfeito: atendido às vezes
- Insatisfeito: nunca atendido



Respostas (muito satisfeito)



Avaliação Qualitativa

Sugestões, críticas e elogios dos respondentes

Search

- A equipe de informática é pequena, não dá conta de atender a t...
- A falta de treinamento se torna um grande problema, visto que ...
- A rede do CJF precisa ser melhorada, tendo em vista que os siste...
- A usabilidade em alguns dos sistemas poderia ser melhor (siga-s...
- Após a alteração da empresa fornecedora de serviços, o tempo ...
- Em relação aos documentos do Office, acredito que um trabalho...
- Em relação aos equipamentos tem boa qualidade, porém quand...
- Especificamente quanto ao sistema SGRH, a velocidade de atend...
- Costaria de um dia poder trabalhar no TI sem função ou comissã...

Iniciativas da STI

- Aquisição de periféricos de microcomputadores visando melhorar a performance dos equipamentos
- Atualização da relação dos gestores de sistemas para melhor orientação pela STI visando a melhoria dos sistemas de informação
- Atualização do Planejamento Estratégico de TI e do Plano Diretor de TI visando melhor acompanhamento e priorização de atividades
- Atualização do sistema de gestão de demandas para facilitar a abertura e acompanhamento de chamados pelos gestores de sistemas
- Contratação em andamento de uma nova solução de

Dúvidas e sugestões





JUSTIÇA FEDERAL



Plano de Logística Sustentável
Conselho da Justiça Federal

Definição dos coordenadores dos grupos de trabalho do PLS



Compras e contratações sustentáveis

- Composição: Alexandre Fagundes, José Gutemberg Moura Lucena, Valéria Prado Arcório de Oliveira Braga, Eduardo Newman Morum Simão, Roberto Berlim Fonseca e Waldemar Antonio Alves
- Coordenador: Erondino Moreira Neiva

Recursos Naturais

- Composição: Mauro Santos de Melo e Nilson Sousa de Olivindo
- Coordenador: Fabiana de Freitas Goulart

Resíduos

- Composição: Alexandre Fagundes, Fabiana de Freitas Goulart e Mauro Santos de Melo
- Coordenador: Nilson Sousa de Olivindo

Qualidade de vida no trabalho, capacitação e comunicação

- Composição: Juliana Nunes Batista, Edgar Gomes de Melo, Telma Cristina Ikeda Gondo, Leumaise Aparecida dos Santos e Ana Luisa Nogueira Aragão
- Coordenador: Jaqueline Aparecida Correia de Melo





JUSTIÇA FEDERAL



Apresentação do andamento dos trabalhos - SAD



JUSTIÇA FEDERAL



Aprovação do projeto estratégico Iluminares
Modelo de gestão por competência no CJF



Projeto Gestão por Competências com foco em capacitação

Objetivo: Implantar programas de desenvolvimento gerencial e técnico no Conselho da Justiça Federal, com base nos ciclos de avaliação por competências.

Referência legal

- Resolução CNJ n. 192/2014
- TCU - TC 016.061/2014-4
- Resolução CNJ n. 240/2016

Escopo

- Gestão da informação – identificar todas as informações sobre o projeto gestão por competências na Justiça Federal e montar repositório;
- Implementar o 1º e o 2º Ciclo de Avaliação por Competências Gerencial;
- Implementar o 1º e o 2º Ciclo de Avaliação por Competências Técnica;
- Analisar e propor manutenção evolutiva do Sistema Gescom;
- Implementar Programa de Avaliação por Competências.

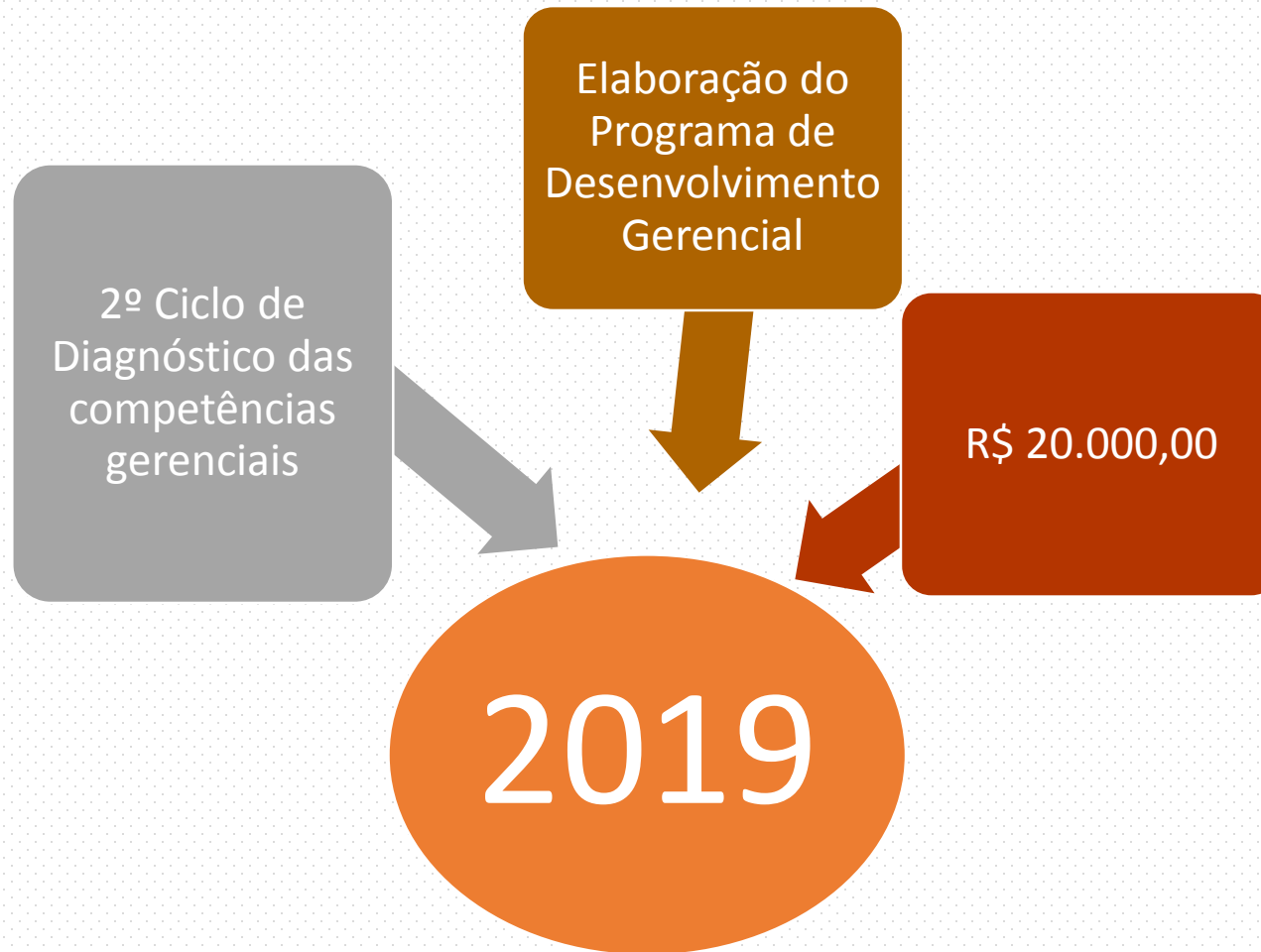
Projeto Gestão por Competências CJF



Projeto Gestão por Competências CJF



Projeto Gestão por Competências CJF



Projeto Gestão por Competências CJF



Resultados

- Programa de Desenvolvimento Gerencial – CJF 2017/2018 e 2019/2020 – itinerário formativo gerencial
- Programa de Desenvolvimento Técnico – CJF 2018/2019
- Sistema Gescom atualizado
- Normatização do Programa de Gestão por Competências no CJF com alinhamento da Governança do CJF

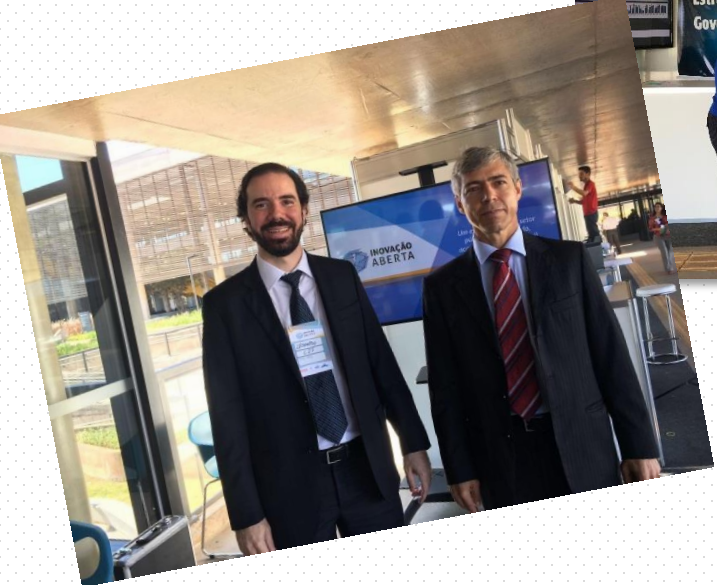
Oficina de Montagem PDI

- propostas de datas -

- 12/6 – 14h30 – SCE
- 14/6 – 9h30 – DG
- 14/3 – 14h30 - STI
- 19/6 – 14h30 – SG
- 19/6 – 17h – SEG
- 20/6 – 14h30 – STU
- 20/6 – 17h - SCI
- 21/6 – 9h30 - SAD
- 21/6 – 14h30 – CG
- 21/6 – 17h - SAE
- 22/6 – 14h30 - SCI
- 22/6 – 17h - SPO



Encontro Inovação Aberta





Assuntos Gerais